

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Marapanim, 05/11/2016 – 15h17 - 17h30

Local: Colônia de Pescadores Z-06

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Fatima Ribeiro	Débora Aguiar	RESEX Mestre Lucindo
	Tatiane Moraes	Colônia de Pescadores Z-06
		Emater
		ICMBio
		Sindicato Rural de Marapanim

Às 15h17 Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59 e da empresa consultora, AECOM. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marapanim, Sr. Raimundo Ribeiro, questionou sobre os prejuízos causados no caso de derramamento de óleo. A representante BP, Fátima Ribeiro, explicou que a atividade possui riscos, e que a empresa investe em segurança, trabalha com medidas preventivas e possui planos de resposta à emergência para



combater acidentes, e caso estes ocorram a BP assumirá suas responsabilidades. Complementou com considerações sobre as informações contidas do Estudo de Impacto Ambiental que tratam do atendimento à emergência.

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marapanim, Sr. Raimundo Ribeiro, também questionou sobre a distinção da pesca artesanal e pesca industrial para determinação da área de influência. A representante da AECOM, Tatiane Moraes, falou sobre as embarcações mapeadas, as áreas de atuação das frotas artesanal e industrial da região e as características de cada uma, inclusive a sensibilidade devido a sobreposição do uso do espaço de navegação com as embarcações de apoio da atividade, o que fez com que o IBAMA determinasse que a Pesca Artesanal como critério.

O representante da RESEX, Gutemberg Silva, questionou o aumento do fluxo de embarcações considerando não somente a atividade BP, mas também a atividade da empresa TOTAL. A representante da BP, Fátima Ribeiro, esclareceu que o Porto de Belém já é muito utilizado, destacou que as atividades são distintas e os cronogramas também não estão previstos de serem sobrepostos.

O representante da RESEX, Gutemberg Silva, questionou o impacto de um derramamento de óleo para as comunidades locais e a necessidade da apresentação de medidas mitigadoras no Estudo de Impacto Ambiental, no caso de um acidente. A representante da AECOM, Tatiane Moraes, esclareceu que as medidas mitigadoras apresentadas são relativas aos impactos da atividade, no caso de um acidente, além das ações de resposta de emergência, todas as áreas efetivamente afetadas devem ser identificadas e devidamente compensadas. O representante da RESEX ainda falou sobre o problema da gestão dos royalties. A representante BP, Fátima Ribeiro, fez algumas considerações sobre a destinação de royalties no Brasil, sendo esta gerida pela ANP.

Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP, Fátima Ribeiro, encerrou a reunião às 17:30 horas.